



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Aquisição de trator agrícola - patrulha agrícola mecanizada, conforme termo de convênio n.º 926748/2022/MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação de ampla concorrência)

Aquisição de trator agrícola - patrulha agrícola mecanizada, conforme termo de convênio n.º 926748/2022/MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Trator agrícola novo, diesel, 4x4, com no mínimo 70 cv, com pneus novos, em disco, em banho de óleo, com acionamento hidráulico, auto-ajustável e autoequalizável, embreagem	Unid.	01	R\$ 262.000,00	R\$ 262.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	multidisco em banho de óleo, comando duplo, turbo, com no mínimo 2,9 cilindros, contra pesos dianteiros e traseiros, equipado com toldo de segurança e plataformado, ano de fabricação no Mínimo 2022, frete CIF.				
Total					R\$ 262.000,00

2.2. Valor total estimado para a contratação **R\$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais)**.

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

2.6. Considerando que as especificações constantes no Termo do Convênio n.º 926748/2022/MAPA se mostram desatualizadas frente à evolução tecnológica do setor e às atuais demandas operacionais da Administração Pública, faz-se necessária a complementação dos requisitos mínimos para a aquisição do trator agrícola, de modo a assegurar a adequação técnica do equipamento às necessidades da Patrulha Agrícola Mecanizada.

2.7. Nesse contexto, a definição de requisitos mínimos atualizados visa garantir a aquisição de equipamento com desempenho compatível, maior eficiência operacional, durabilidade e segurança, observando-se, ainda, os princípios da economicidade, da vantajosidade e da padronização. A ausência de tais especificações complementares pode comprometer a efetividade da contratação, resultando na aquisição de equipamento obsoleto ou inadequado às atividades a serem desempenhadas.

2.8. Ademais, a complementação dos requisitos não configura restrição indevida à competitividade do certame, mas sim medida necessária para assegurar a qualidade mínima do objeto, em conformidade com o interesse público e com as diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável às contratações públicas. Ressalta-se que tais exigências deverão ser fixadas com base em critérios técnicos objetivos, amplamente praticados no mercado, de forma a permitir a participação de um número significativo de fornecedores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

2.9. Dessa forma, a atualização e complementação dos requisitos mínimos justificam-se como medida indispensável para garantir que o equipamento a ser adquirido atenda plenamente às necessidades da Administração, assegurando a adequada execução das atividades agrícolas e o atendimento eficiente aos produtores rurais do município.

2.10. Os requisitos mínimos complementares para a aquisição do trator agrícola foram estabelecidos com base em critérios técnicos atualizados, visando assegurar desempenho, durabilidade, eficiência operacional e adequação às atividades desenvolvidas no âmbito da Patrulha Agrícola Mecanizada, nos seguintes termos:

Requisitos mínimos complementares para a aquisição do trator agrícola
<p>Trator: O trator agrícola deverá ser novo, de primeiro uso, sendo exigido que seja do ano de fabricação corrente ou posterior à data da contratação, não sendo admitidos equipamentos recondicionados, remanufaturados, usados ou de estoque antigo (ano/modelo inferior), ainda que sem uso, de modo a garantir a atualidade tecnológica, maior vida útil e pleno atendimento às necessidades da Administração Pública.</p> <p>Cabine fechada: O trator agrícola deverá ser equipado com cabine fechada, original de fábrica, dotada de estrutura de proteção contra capotamento (ROPS) certificada, proporcionando isolamento contra poeira, intempéries e agentes externos, a cabine deverá possuir, no mínimo, sistema de ar-condicionado, iluminação interna, para-brisa com limpador e lavador, retrovisores externos e ergonomia compatível com as normas de segurança do trabalho.</p> <p>Características gerais: Novo (zero hora); Cabinado; Tração 4x4; Estrutura com proteção contra capotamento (ROPS); Equipado com tomada de potência, engate de três pontos, barra de tração e contrapesos de série; Dimensões e equipamentos de segurança obrigatórios, conforme a resolução CONTRAN 912/2022; Peso padrão maior ou igual a 2500 [kg].</p> <p>Dimensões Comprimento maior ou igual a 3.800 [mm]; Largura maior ou igual a 1.800 [mm]; Altura maior ou igual a 2.500 [mm].</p> <p>Motor Mínimo de 3 cilindros; Potência bruta máxima igual ou superior a 70 [cv]; Aspirado ou turbo; Padrão de emissões – PROCONVE MAR I (resolução CONAMA 433/2011).</p> <p>Sistema de Transmissão Equipado com transmissão sincronizada ou superior; Equipado com reversor mecânico ou eletro-hidráulico; Número mínimo de marchas sincronizadas de 12 (doze) avante e a ré.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Sistema Hidráulico

Com direção hidrostática;

Capacidade do levante hidráulico de 2500 [kgf] ou superior;

Vazão da bomba hidráulica no mínimo de 40 [l/min];

Equipado com no mínimo duas válvulas de controle remoto.

Combustível

Combustível tipo diesel;

Capacidade do tanque de combustível mínima de 75 (setenta e cinco) litros.

Freios

Freio de serviço com acionamento mecânico, hidráulico ou eletro-hidráulico;

Freio de estacionamento com acionamento mecânico, hidráulico ou eletro-hidráulico.

Pneus

Novos. Dianteiros 12.4/24R1 e traseiros 18.4/30R1.

Sistema de segurança

Alarme sonoro de marcha à ré;

Luzes de freio;

Pisca alerta.

Conforto

Equipado com ar-condicionado;

Assento do operador ergonômico, ajustável, com cinto de segurança.

Demais itens

Equipado com todos os itens de série, conforme catálogo comercial do produto.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto constitui etapa essencial do planejamento da contratação, permitindo à Administração Pública avaliar, de forma ampla e sistemática, todas as fases relacionadas ao trator agrícola, desde sua aquisição até sua destinação final. Tal abordagem visa assegurar a tomada de decisão mais vantajosa, considerando não apenas o custo inicial, mas também os custos operacionais, de manutenção, durabilidade e eventual descarte do bem.

4.3. Nesse contexto, o ciclo de vida do objeto abrange as etapas de fabricação, aquisição, transporte, operação, manutenção e desmobilização, devendo ser considerado como elemento orientador para a definição das especificações técnicas e dos requisitos mínimos exigidos. A observância desse conceito está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, promovendo a adequada gestão dos recursos públicos e a maximização dos benefícios ao longo da vida útil do equipamento.

4.4. No contexto do ciclo de vida do objeto, a aquisição do trator agrícola deve ser analisada de forma integrada, considerando todas as etapas que influenciam sua eficiência, durabilidade e custo total para a Administração Pública.

a) Na fase de aquisição, destaca-se a importância da definição de especificações técnicas adequadas e atualizadas, garantindo que o equipamento seja novo, do ano corrente ou posterior, com tecnologia compatível com as demandas operacionais e em conformidade com as normas vigentes. Tal cuidado evita a aquisição de bens obsoletos e assegura maior vida útil e desempenho.

b) No que se refere ao transporte e entrega, deve-se assegurar que o equipamento seja devidamente acondicionado e entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manuais, certificados e demais documentos necessários à sua correta operação e regularização.

c) Durante a fase de operação, o trator será utilizado no âmbito da Patrulha Agrícola Mecanizada, atendendo às demandas dos produtores rurais. Nesse período, aspectos como eficiência energética, consumo de combustível, ergonomia e segurança do operador assumem papel relevante, impactando diretamente na produtividade e nos custos operacionais.

d) A etapa de manutenção compreende tanto as ações preventivas quanto corretivas, sendo fundamental a exigência de garantia mínima, bem como a disponibilidade de assistência técnica autorizada e fornecimento de peças de reposição. A manutenção adequada contribui para a redução de falhas, prolongamento da vida útil do equipamento e otimização dos recursos públicos.

e) Por fim, na fase de desmobilização ou descarte, deve-se observar a destinação adequada do bem ao final de sua vida útil, em conformidade com a legislação aplicável, podendo ocorrer sua alienação, reaproveitamento ou baixa patrimonial, sempre com a devida observância aos princípios da legalidade e sustentabilidade, inclusive quanto à destinação ambientalmente adequada de resíduos e componentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.5. A adoção dessa abordagem permite à Administração Pública não apenas assegurar a aquisição de equipamento adequado às suas necessidades, mas também otimizar os custos ao longo de sua vida útil, garantindo maior durabilidade, eficiência operacional e adequada manutenção. Ademais, possibilita a mitigação de impactos ambientais e a correta destinação final do objeto, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade na gestão pública.

4.6. Assim, resta demonstrado que a consideração do ciclo de vida do objeto contribui diretamente para a tomada de decisão mais vantajosa, alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, reforçando a adequação e a legitimidade da contratação pretendida.

4.7. Diante do exposto, conclui-se que a análise do ciclo de vida do trator agrícola evidencia a viabilidade e vantajosidade da contratação sob a ótica técnica, econômica e ambiental, uma vez que considera, de forma abrangente, todas as etapas relacionadas à utilização do bem.

Da garantia de qualidade do objeto

4.8. A garantia de qualidade do objeto constitui elemento essencial no planejamento da contratação, tendo por finalidade assegurar que o trator agrícola a ser adquirido atenda plenamente às especificações técnicas estabelecidas, bem como aos padrões de desempenho, segurança e durabilidade exigidos pela Administração Pública.

4.9. Nesse contexto, a definição de critérios de qualidade visa resguardar o interesse público, evitando a aquisição de equipamentos inadequados, de baixa confiabilidade ou em desacordo com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis. A observância desses requisitos mostra-se fundamental para garantir a adequada execução das atividades da Patrulha Agrícola Mecanizada, bem como a continuidade e eficiência dos serviços prestados aos produtores rurais.

4.10. Ademais, a garantia de qualidade está diretamente relacionada à exigência de condições mínimas de fornecimento, incluindo certificações, garantia contratual, assistência técnica e disponibilidade de peças de reposição, elementos que asseguram não apenas o pleno funcionamento do equipamento, mas também a sua longevidade e economicidade ao longo de seu ciclo de vida.

4.11. No que tange à garantia de qualidade do objeto, a Administração Pública deverá adotar critérios técnicos rigorosos que assegurem que o trator agrícola atenda integralmente às especificações mínimas e complementares estabelecidas no instrumento convocatório, bem como às normas técnicas e regulamentares vigentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

a) Inicialmente, será exigido que o equipamento seja novo, de primeiro uso, do ano de fabricação corrente ou posterior, garantindo a atualidade tecnológica, maior vida útil e menor probabilidade de falhas. O trator deverá ser fornecido por fabricante ou representante autorizado, devidamente comprovado, assegurando a procedência, autenticidade e confiabilidade do bem.

b) Ademais, o objeto deverá estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, incluindo certificações de qualidade, segurança e atendimento às exigências ambientais, especialmente no que se refere aos padrões de emissão de poluentes. Tal exigência visa garantir não apenas o desempenho do equipamento, mas também a sua adequação às boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

c) No aspecto contratual, deverá ser assegurada garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas trabalhadas, contemplando integralmente peças, mão de obra, deslocamento e quaisquer despesas necessárias à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento. A garantia deverá ser prestada por meio de rede de assistência técnica autorizada, localizada a uma distância que não comprometa a eficiência e a tempestividade dos atendimentos.

d) Ainda, será exigida a disponibilização de assistência técnica especializada, bem como a garantia de fornecimento de peças de reposição por período compatível com a vida útil do equipamento, evitando a obsolescência precoce e assegurando a continuidade operacional.

e) O fornecedor deverá, também, entregar o equipamento acompanhado de manuais técnicos e operacionais em língua portuguesa, certificados, notas fiscais e demais documentos necessários à regular utilização, além de realizar, quando aplicável, a orientação técnica básica para operação do equipamento.

f) Por fim, a Administração poderá adotar mecanismos de verificação da qualidade, tais como inspeção no ato da entrega, testes operacionais e, se necessário, exigência de demonstração de funcionamento, de modo a assegurar que o objeto entregue esteja em perfeitas condições de uso e em conformidade com as exigências estabelecidas.

4.12. A adoção de critérios rigorosos de qualidade, aliada à exigência de garantia contratual, assistência técnica especializada e conformidade com normas técnicas e ambientais, permite mitigar riscos de aquisição de equipamento inadequado, assegurando maior durabilidade, eficiência e continuidade na prestação dos serviços.

4.13. Conclui-se, portanto, que a garantia de qualidade do objeto constitui elemento indispensável para assegurar que o trator agrícola a ser adquirido atenda plenamente às exigências técnicas, operacionais e legais estabelecidas pela Administração Pública.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.14. O bem não compreende o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.15. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado por item e comprado em parcela única.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da exigência de amostra

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Do requisito geográfico

5.8. Será condição de aceitação da proposta na fase de julgamento que a licitante providencie/comprove após a declaração de vencedora no certame, **sob pena de desclassificação**, a localização do local autorizado pelo fabricante que irá prestar a assistência técnica ao equipamento, contudo, a mesma deverá ser estabelecida em um raio de 100 (cem) quilômetros da Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, haja vista que a distância abrange diversos grandes centros urbanos, podendo a empresa se utilizar-se de aplicativos da internet para tal comprovação.

5.9. O critério físico-espacial exigido se justifica em face ao princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, tratando-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico, para se obter a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.

5.10. Ante todo o exposto, infere-se que o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos “*vis-à-vis*” o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável prejuízo social.

5.11. Qualquer despesa de deslocamento do técnico responsável da CONTRATADA será de total responsabilidade da mesma, não havendo nenhum custo adicional para esta municipalidade

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Especificações Gerais

- 6.1. O equipamento deverá conter todos os equipamentos exigidos pelo departamento de trânsito que porventura não tenham sido citados nas especificações acima.
- 6.2. O equipamento a ser adquirido deverá ser novo e original e em linha de fabricação obedecendo rigorosamente as características mínimas.
- 6.3. O equipamento deve estar em perfeitas condições, preservando a sua especificidade de 0 hora, sem nenhuma avaria física, mecânica e/ou elétrica, correspondendo fielmente à marca e modelo do veículo/equipamento na proposta.
- 6.4. Será obrigatória a apresentação de garantias do equipamento, inclusive de revisão, determinando prestadora de serviços autorizada para os procedimentos necessários dentro da garantia, nos termos do edital e legislação vigente.
- 6.5. Todo o objeto de que trata esta licitação deverá obedecer às especificações constantes do edital e seus anexos, caso desatenda às especificações exigidas, será recusado, devendo ser substituídos prontamente, arcando a CONTRATADA com todos os ônus.
- 6.6. Fazem parte deste termo de referência, no que couber às normas padrões da ABNT ou ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o código de defesa do consumidor.
- 6.7. No que couber deverá ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 6.8. O equipamento deverá ser entregue com ano e modelo mais recentemente lançado pelo fabricante, licenciado, devendo estar equipado com os itens e acessórios exigidos na especificação acima, bem como outros indicados na legislação de trânsito.

Da entrega técnica

- 6.9. A CONTRATADA deverá realizar, no ato da entrega do equipamento, a entrega técnica assistida, compreendendo, obrigatoriamente, a apresentação completa do equipamento, com demonstração prática de funcionamento em condições reais de uso.
- 6.10. A entrega técnica deverá abranger, no mínimo, os seguintes aspectos:
 - a) apresentação geral do equipamento e de seus componentes;
 - b) demonstração de partida, operação e desligamento seguro;
 - c) instruções quanto ao uso correto dos comandos e regulagens;
 - d) orientações sobre manutenção preventiva e corretiva básica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- e) recomendações de segurança durante a operação;
- f) esclarecimentos sobre consumo, abastecimento e tipo de combustível aplicável;
- g) indicação dos principais cuidados para preservação da vida útil do equipamento.

6.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional qualificado e devidamente capacitado para a realização da entrega técnica e do treinamento, responsabilizando-se integralmente pela clareza, suficiência e qualidade das informações prestadas.

6.12. Deverá ser realizado treinamento prático ao(s) operador(es) designado(s) pela Administração, com duração mínima de 01 (uma) hora, podendo ser estendido por período superior, caso necessário, até que seja verificada a plena aptidão do(s) participante(s) para o correto manuseio e operação do equipamento.

6.13. O treinamento deverá contemplar atividades práticas, incluindo a operação direta do equipamento pelo(s) operador(es), sob supervisão do instrutor, garantindo a assimilação adequada das instruções fornecidas.

6.14. A CONTRATADA deverá assegurar que o treinamento inclua orientações sobre boas práticas de uso, prevenção de falhas, identificação de problemas operacionais comuns e procedimentos iniciais de correção.

6.15. Ao término da entrega técnica e do treinamento, deverá ser emitido Termo de Entrega Técnica, contendo a identificação do equipamento, data, local, nome do(s) participante(s) e assinatura das partes, atestando a realização dos serviços e a aptidão do(s) operador(es).

A entrega técnica e o treinamento deverão ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração, estando todos os custos já incluídos no valor contratado.

Da assistência técnica

6.16. A assistência técnica do veículo deverá ser em concessionária autorizada pelo fabricante, sendo assegurado ao município, no mínimo 02 (duas) revisões gratuitas sem ônus para a CONTRATANTE (peças, materiais e acessórios, mão de obra e deslocamento que se fizerem necessários, incluindo ainda quaisquer outras despesas inerentes à realização de revisões) como estabelecido no plano de manutenção do equipamento, que prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, elas ajudam a prolongar a durabilidade do equipamento e reduzem a ocorrência de problemas.

Da garantia

6.17. O equipamento deverá estar de acordo com as exigências do código de defesa do consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.18. Será condição para o pagamento do equipamento que a CONTRATADA encaminhe juntamente com a nota fiscal e demais documentos, termo de garantia do objeto da presente contratação, com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da nota fiscal.

6.19. Eventuais custos de transporte, estadia, alimentação ou outros necessários ao deslocamento dos técnicos bem como da remessa de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, durante todo o período de garantia, caso tais despesas não sejam cobertas pelo fabricante ou por sua rede de assistência técnica autorizada.

6.20. Durante o período de cobertura, a proteção segue as regras contidas no termo de garantia que acompanha o equipamento. A CONTRATADA responde pela qualidade do produto e arca com todos os reparos necessários. O dever da CONTRATADA é fornecer um conserto definitivo, que elimine por completo os defeitos eventualmente surgidos, sem sujeitar o CONTRATANTE a deslocamentos sucessivos.

6.21. Se o problema foi constatado e levado ao conhecimento da CONTRATADA dentro do prazo de garantia, a assistência técnica fez o reparo, e, após o fim da cobertura contratual, o mesmo defeito reapareceu, a CONTRATANTE tem direito a exigir o reparo sem ônus.

6.22. A empresa deverá utilizar equipamentos originais e novos quando houver necessidade de substituição ou conserto das partes defeituosas do equipamento, exclusivamente dentro das especificações técnicas do fabricante.

6.23. Nesse caso o reparo foi malfeito ou ineficaz, entende-se que a CONTRATADA não cumpriu com sua obrigação de realizar um conserto de fato, mas apenas maquiou o problema até que expirasse a cobertura.

A falha mecânica não poderá decorrer do desgaste natural pela utilização normal do produto ao longo do tempo, nem de mau uso (a utilização fora dos padrões adequados) por parte do CONTRATANTE. Nessas duas situações, é o próprio CONTRATANTE que deve pagar pelo reparo, já que o que ocorreu na verdade não foi um defeito de fabricação.

Dos prazos e do local de fornecimento

6.24. O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo **40 (quarenta) dias**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da CONTRATADA, devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE.

6.25. O objeto desta contratação deverá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

a) Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná (ou outro local adequado conforme disponibilidade).

6.26. A entrega deverá ser em horário comercial sendo compreendido entre às 08:00 horas e às 11:00 horas e das 13:00 horas e às 17:00 horas, agendado através do telefone.

Das Alterações

6.27. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. O fornecimento deverá ocorrer no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade CONTRATANTE na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do CONTRATANTE e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140, II, alínea A, da Lei n.º 14.133 de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - GLOBAL.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input checked="" type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
632	08.014.20.606.0111.2.107.4.4.90.52.00.00.	33829
633	08.014.20.606.0111.2.107.4.4.90.52.00.00.	31829

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Borrazópolis/PR, 09 de abril de 2026.

Cristiano da Silva Stapait
Secretário Municipal de Agropecuária, Meio
Ambiente e Turismo